

Editorial

A temática "Trabalho e Educação" está em evidência nos discursos dos diversos setores da sociedade civil e do Estado, e não apenas no Brasil, haja vista o conteúdo dos documentos de organismos internacionais, formadores de conceitos e fixadores de exigências para o financiamento de políticas sociais e desenvolvimentistas, a ser implementadas em todo o mundo.

Algumas das justificativas apresentadas para este interesse não são novas, contudo na conjuntura histórica atual, razões específicas matizam significados antes atribuídos a esta correlação.

Em primeiro lugar, novamente se registra o débito educacional como canal de estrangulamento do crescimento econômico, mas a ênfase na capacidade e na qualidade do trabalho como fontes privilegiadas de produtividade e diferencial competitivo entre as nações assumiu magnitude superior, para inclusive justificar a supressão de postos e tarefas, demissões, "saídas voluntárias" e "aposentadorias antecipadas".

O debate sobre os limites educacionais ao desenvolvimento econômico, na atualidade, vem agora acompanhado das referências à mudança nos parâmetros da competitividade internacional, nas exigências de produtividade e qualidade formuladas pelo mercado capitalista globalizado e de cultura tecnológica específica ao paradigma informacional. A racionalidade da produção enxuta e segmentada justificaria, assim, as alterações na dinâmica do emprego, nos perfis ocupacionais e nos requerimentos qualificacionais, pois esta exige a desregulamentação e a flexibilização do mercado de trabalho.

Acompanham também este debate, as menções ao crescimento do desemprego em todo o mundo e do trabalho segregado e informal, que junto à compressão salarial e à redução dos benefícios sociais vem, de fato, acentuando as distorções distributivas e agravando o quadro das injustiças sociais.

Os investimentos em educação como requisito crucial para a formação de uma força de trabalho competente e qualificada, capaz de favorecer a inserção competitiva dos países no mercado mundial e, portanto, possibilitar a superação da pobreza, da marginalidade e do subdesenvolvimento, aparecem como uma unanimidade no receituário de distintos setores da

sociedade. Estão, entretanto, os diferentes sujeitos sociais falando de tudo isto da mesma maneira? Quais são, de fato, suas expectativas e anseios em relação à trabalho e educação? Que necessidades de reflexão vêm como demanda social aos pesquisadores e estudiosos desta área? Como se posicionar diante das proposições políticas endereçadas aos educadores sociais e escolares pelos representantes estatais, patronais, sindicais e de outros segmentos da sociedade civil?

Algumas questões iniciais evidenciam a complexidade dos problemas subjacentes a este debate e a necessidade da problematização teórica, tendo em vista desmistificar colocações aparentemente ingênuas, que ao valorizar a função social da educação, na verdade, submetem-na a enfoques reducionistas e camufladores de contradições mais amplas.

Convidamos, assim, aos leitores desta revista a participar e a colaborar com a reflexão, a discussão e a elaboração crítica de conteúdos teóricos necessários ao enfrentamento prático dos desafios atuais postos para o campo temático "Trabalho e Educação".

Que tarefas cabem, mesmo, à educação, considerando a condição de país subordinado que caracteriza o modo de inserção do Brasil na globalização capitalista? Qual é, na verdade, o peso específico dos fatores educacionais em relação à produtividade, à sua evolução e ao nível de emprego, em relação ao das cadeias macroeconômicas? Como considerar a contribuição da educação, se produtividade e qualidade, antes de tudo, estão associadas à natureza das relações sociais? Como objetivar a ligação entre trabalho e produtividade se o caráter coletivo do trabalho tem se ampliado e cada vez se torna mais difícil distinguir a contribuição de cada trabalhador dentro do resultado final?

De novo, e ao estilo da já conhecida teoria do capital humano, o debate dominante da atualidade promove a educação a instrumento de distribuição de renda. Com isto, não se está na realidade tomando-a como fator responsável e originador das desigualdades sociais e dos problemas da desqualificação e do desemprego? Existe mesmo uma correlação linear entre nível educacional e retornos individual e social? Se existe, quem causa quem? Se existe, como explicar o desemprego nos países centrais, dotados de bons sistemas educacionais e satisfatórios

estoques de recursos humanos? Os desequilíbrios econômico-sociais e no mercado de trabalho não teriam antes a ver com a estrutura social e as contradições inerentes ao processo de acumulação capitalista?

A qualificação humana para o trabalho é um processo social mais amplo, determinado historicamente, tem a ver com a formação social do valor de uso e do valor de troca da força de trabalho. O aparelho educacional não é o único fator em causa, aliás ele é muito mais um reflexo de um sistema cultural global, que atribui valores diferenciados a certos traços da cultura. Assim, não se modificam, de pronto, aparelhos de formação, nem tampouco os modelos de organização social e do trabalho, que têm fomentado as escolhas técnicas e orientado a gestão do trabalho numa sociedade. No caso brasileiro, é necessário considerar, por exemplo, o surgimento hipertardio da industrialização, que não contou com a cultura técnica de base como herança, dados os impedimentos objetivos inerentes à formação histórica pela "via colonial", mas que teve que ingressar numa divisão internacional do trabalho informada pela mecanização, grande indústria e taylorismo.

As dificuldades vividas pelos trabalhadores na realização do trabalho real não são aparentes e nem sempre conhecidas e antes mesmo de considerá-las e algo fazer para que sejam superadas, prefere-se, muitas vezes, já que há *superavit* de mão-de-obra disponível, inclusive escolarizada, descartar os "inadaptados" e "incompetentes", elevando-se os critérios e o número de seleções. E muitas vezes o que acontece na seleção formal (da população-tipo com o perfil teórico para uma tarefa teórica) não tem nada a ver com o que vem a seguir na seleção informal, a que ocorre nos primeiros dias de experiência e treinamento, discrepância que indica e desmistifica alguns argumentos sobre capacidades selecionadas. Por outro lado, o sentimento de resistência de trabalhadores às mudanças contínuas nos processos tecnológicos e organizacionais do trabalho, não tem a ver apenas com o *gap* educacional, mas à motivação decrescente em decorrência do sofrimento experimentado face à intensidade da carga de trabalho e à ansiedade trazidas pelas sucessivas aprendizagens de novas tarefas.

Vários autores têm procurado mostrar que não há um determinismo estrito da tecnologia sobre a organização e a gestão do trabalho, sendo possível, portanto, pensar em escolhas sociais alternativas para as questões relacionadas a emprego e educação para o trabalho, visando um aproveitamento racional dos recursos humanos. Mas as políticas para tais áreas e o planejamento coordenado entre elas têm esbarrado numa pressão objetiva: as orientações neoliberais que preconizam a subordinação da sociedade às regras do mercado e a mudança no padrão de intervenção do Estado em favor das parcerias com o setor privado.

Da ideologia neoliberal emanam, também, os conceitos de empregabilidade, de competência individual e a emulação da constituição de um “espírito” (de iniciativa, de empreendimento, de “criatividade”, etc.) a ser inculcado nos educandos pelas instituições educadoras da sociedade. Tais noções têm sido apregoadas como referências balizadoras dos objetivos a alcançar com as políticas setoriais de educação. Existem, no entanto, outros elementos de “currículo” sobre os quais se silencia e que jogam uma importância crucial nas situações concretas vividas pelos sujeitos na busca de um emprego ou nas suas estratégias educacionais: sua origem familiar, social, étnica, de gênero, idade; suas concepções ideológicas, políticas e religiosas; suas aspirações e expectativas; suas atitudes e comportamentos; sua trajetória de vida e estratégias de sobrevivência, etc.

Não seriam as noções, acima, critérios que seguem uma determinada lógica de reprodução e manutenção de uma estrutura de poder, classificações utilizadas para justificar antecipadamente uma hierarquia social e ideologicamente construída?

Os fenômenos do emprego, subemprego e desemprego e suas conseqüências são complexos e não admitem esquemas simplificados de interpretação, pois são vários e diversificados os parâmetros utilizados em sua análise e múltiplos os campos de observação. Os ciclos de destruição e de criação de oportunidades de trabalho, por outro lado, nem sempre funcionam coetaneamente e sob as mesmas injunções. Os efeitos das mudanças tecnológicas e societárias atingem

diferentemente os setores da economia e nem todas as atividades tendem a desaparecer ou refluir.

Ao mesmo tempo que análises simplificadoras da correlação entre trabalho e educação ganham as páginas dos analistas econômicos e dos formuladores de políticas educacionais e de emprego, estes também expressam vivo interesse pelos chamados ambientes de trabalho formadores e qualificadores, que supostamente representariam uma mudança qualitativa na organização e gestão dos processos de trabalho em relação ao paradigma taylorista/fordista.

Fala-se, agora, de organizações qualificantes, de culturas organizacionais inovadoras, de colaboradores em vez de empregados, gente capaz de responder e se adaptar às mudanças contínuas exigidas pelo mercado, de promover e se integrar em interações grupais. Não se fala, entretanto, de novas e refinadas formas de controle pela busca do consenso e pelo estímulo à participação regulada, pois as preocupações com o "clima" organizacional seriam mais importantes. Não se fala, também, o quanto as escolas, por causa do abandono e da falta de condições mínimas de funcionamento, têm sido impedidas de ser realmente organizações qualificantes, neste país, apesar da luta e da resistência diuturna que os educadores têm empreendido para ter o seu papel social e o seu trabalho realmente reconhecidos como fundamentais à sociedade.

Estas são apenas algumas dúvidas iniciais que mostram o quanto falta para se pensar corretamente a relação trabalho e educação e, na prática, levá-la a sério. Dirimi-las e transformar nosso conhecimento em força material em favor de uma sociabilidade em que trabalho e educação venham, de fato, constituir a práxis emancipatória é nosso horizonte e nosso apelo aos leitores desta revista.

Belo Horizonte, 14 de julho de 1996.

Lucilia Regina de Souza Machado

Pelo Comitê Editorial.